



A extensão curricularizada nos cursos de Educação Física

Cláudio Delunardo Severino¹; 0000-0002-7026-3477
Paulo Celso Magalhães¹; 0009-0004-6507-7460

1 – UniFOA, Centro Universitário de Volta Redonda, Volta Redonda, RJ.
claudiodelunardo@gmail.com

Resumo: O presente texto apresenta uma breve exposição acerca da extensão curricularizada, além da sua aplicabilidade em cursos de Educação Física. Assim sendo, o objetivo do estudo é discutir a extensão curricularizada no contexto dos cursos de Educação Física como contributo para a reflexão acerca da importância da construção das relações sociais na formação acadêmica dos discentes. O caminho metodológico percorrido tratou-se de uma revisão bibliográfica a respeito do tema proposto na intenção de verificar outras publicações realizadas. Nesse sentido, o referencial teórico do presente estudo foi construído mediante levantamento de artigos nas reconhecidas bases de dados, Scielo e Periódicos Capes. Considera-se que a extensão curricularizada representa um significativo contributo para uma formação acadêmica direcionada para a transformação da realidade, mesmo que essa ainda apresente obstáculos a serem superados, por exemplo, o entendimento a respeito da importância da articulação entre ensino, pesquisa e extensão por parte de todos os envolvidos.

Palavras-chave: Extensão. Curricularização. Educação Física. Formação acadêmica.

INTRODUÇÃO

Com o intuito de valorizar e fortalecer o processo de formação no ensino superior, o Ministério da Educação, em 2018, estabeleceu a extensão curricularizada para os programas de formação inicial. Trata-se da Resolução 7/2018 do Ministério da Educação (BRASIL, 2018), que estabeleceu as diretrizes para as ações de extensão na Educação Superior, sendo definido que os cursos devem desenvolver pelo menos 10% da sua carga horária em atividades de extensão. Já a Estratégia 12.7 da Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 (Plano Nacional de Educação - PNE) assegura no mínimo 10% do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão, com sua ação voltada preferencialmente para as áreas de relevância social. Nota-se, nesse contexto, a extensão no ambiente acadêmico como um cenário emergente no qual há a necessidade da sua regulamentação para atender a implementação da curricularização (MASCARENHAS et al., 2023).

Mascarenhas e colaboradores (2023) apontam também que de acordo com o Conselho Nacional de Educação, os artigos 4º e 19 da Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018, preveem um prazo de até três anos, a contar da data de homologação, para a implantação das atividades de extensão contidas nas matrizes curriculares dos cursos de graduação, com o total de, no mínimo, 10% da carga horária. Os mesmos autores complementam com a afirmação que se refere ao prazo de três anos, que teve o referido lapso temporal adicionado em um ano ao prazo de implantação das novas Diretrizes Curriculares Nacionais, ou seja, a data limite para implantação da extensão nos currículos dos cursos de graduação passou a ser 18 de dezembro de 2022, nos moldes do Parecer CNE/CES nº 498, de 06 de agosto de 2020 (CNE/CES, 2020).

De acordo com Nozaki e colaboradores (2022), o objetivo dessa resolução se concentrou em assegurar a articulação entre as universidades e a sociedade, estimulando a produção de novos saberes e conhecimentos nas diversas áreas associadas à formação discente. Ressalta-se que as atividades da extensão curricularizada devem ser desenvolvidas na



condição de programas ou projetos de extensão, caracterizando-se pela participação direta dos discentes, e não apenas na condição de meros ouvintes (SILVEIRA et al., 2020).

Ainda em relação a resolução acima mencionada, observa-se que são consideradas atividades de extensão ações, projetos, cursos, eventos e prestação de serviços que envolvam diretamente a comunidade externa e que possuam uma relação com a formação acadêmica dos discentes (CARDOZO et al., 2019).

O objetivo do presente estudo é discutir a extensão curricularizada no contexto dos cursos de Educação Física como contributo para a reflexão acerca da importância da construção das relações sociais na formação acadêmica dos discentes. Para tal, o caminho metodológico para a construção do estudo tratou-se de uma pesquisa bibliográfica de cunho descritivo, onde foram consultados outros autores que trataram do referido tema, sendo utilizados como base de dados o Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de nível Superior (Portal da Capes), Scielo e Google Scholar.

Faz-se a observação de que o presente texto se justifica pela possibilidade de apresentar informações relevantes para o processo de implantação da extensão curricularizada nos cursos de Educação Física.

MÉTODOS

Como caminho metodológico para a construção do presente estudo, realizou-se uma revisão bibliográfica a respeito do tema proposto na intenção de verificar outras publicações realizadas. Nesse sentido, o referencial teórico do presente estudo foi construído mediante levantamento de artigos nas reconhecidas bases de dados, Scielo e Periódicos Capes.

As informações obtidas foram submetidas a análises descritivas que buscaram o entendimento acerca da relação entre os dados obtidos e o objeto da pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O ensino superior se fundamenta na indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, prevista na Constituição de 1988 e com o intuito de valorizar a universidade como um potencial caminho para a formação cidadã e ao atendimento às necessidades da sociedade (BARBOSA; MELO JUNIOR, 2017; RIBEIRO et al., 2018; HARTWIG et al., 2022; MASCARENHAS et al., 2023), de acordo com o seu Art. 207 que aponta que “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (BRASIL, 1988).

Barbosa e Melo Junior (2017) mencionam que a relação entre a extensão, a pesquisa e o ensino oportunizam mudanças relevantes no processo de ensino e de aprendizagem, que caracteriza nos âmbitos didáticos e pedagógicos a formação acadêmica. Na perspectiva de Salatini (2018), dentro dessa indissociabilidade a extensão assume a condição de melhorar a qualidade de vida da comunidade. Assim, nota-se o papel social da universidade no que tange à formação de cidadãos adequados à realidade social na qual estão inseridos.

Entretanto, Ribeiro e colaboradores (2018, p. 336) argumentam que as atividades de extensão ocorrem em número inferior se comparadas com o ensino e a pesquisa. Isso se justifica pela sua “sua natureza interdisciplinar, a dinâmica de uma atividade que extrapola os muros da universidade, sua relação com demandas de um público amplo, difuso e heterogêneo, dentre outros aspectos”.

Sobre essa questão, Gadotti (2017) observa que se há uma área no ensino superior que sempre teve o seu olhar sobre a manutenção dos vínculos com a sociedade, esta é a extensão, apesar da resistência encontrada diante do elitismo quase sempre presente na educação brasileira. Uma área necessária no sentido de que, além da indissociabilidade já mencionada, percebe-se também a necessidade do diálogo da academia com todos os segmentos da sociedade, ratificando a relevância do papel social da universidade.



O mesmo autor indica ainda que em se tratando da extensão, duas vertentes têm se confrontado, sendo uma de teor assistencialista e a outra não assistencialista.

A primeira entende a Extensão Universitária como a transmissão vertical do conhecimento, um serviço assistencial, desconhecendo a cultura e o saber popular. Basicamente essa concepção sustenta que “aqueles que têm, estendem àqueles que não têm. Essa visão assistencialista traz, pois, uma direção unilateral, ou seja, é uma espécie de rua de mão única: só vai da universidade para a sociedade. A mão inversa não é considerada. É interpretada como não existente. Logo, não se leva em conta o que vem da sociedade para a universidade, seja em termos da sociedade sustentando o ensino superior, seja em termos do próprio saber que a universidade elabora. Entretanto, para que a universidade se insira efetivamente na sociedade de modo consequente, é necessário que se considere a mão inversa também” (CALDERÓN, 2003 apud GADOTTI, 2017, p. 2).

Já a segunda vertente compreende as atividades de extensão como uma troca de saberes entre os atores envolvidos, sem um viés assistencialista, mas sim com uma visão voltada para a teoria do conhecimento, onde o indivíduo é percebido como um ser que não sabe tudo, mas que também não ignora todas as suas relações (GADOTTI, 2017).

A troca de saberes acadêmico e popular que tem por consequência não só a democratização do conhecimento acadêmico, mas, igualmente, uma produção científica, tecnológica e cultural enraizada na realidade. A extensão deve influenciar o ensino e a pesquisa e não ficar isolada deles, da universidade como um todo e dos anseios da sociedade (GADOTTI, 2017, p. 2).

Nota-se que, em consonância com os estudos de Ribeiro e colaboradores (2018), a inserção da extensão nos currículos dos Cursos de Graduação não deve ser acompanhada da percepção de que se trata unicamente como um aspecto normativo apenas para ser colocado em prática por intermédio de uma ação realizada comunidades.

A partir do estabelecimento da necessidade da extensão curricularizada, houve por parte das instituições de ensino superior inúmeros debates acerca das diretrizes a serem tomadas em relação às ações necessárias para o atendimento a essa orientação (MAGALHÃES; MARTA, 2020; NOZAKI et al., 2022). Tais discussões, ainda sob a perspectiva de Nozaki e colaboradores (2022), estariam (e ainda estão) baseadas na reflexão a respeito da

construção das matrizes curriculares dos cursos, na atuação dos discentes em relação ao público externo e suas particularidades e na relação dos componentes curriculares com as demandas apresentadas pelos mais diversos segmentos da sociedade.

Sobre essa questão, Silveira e colaboradores (2020) reforçam com a consideração de que a extensão curricularizada deve estabelecer o diálogo da academia com a sociedade, articulando os conhecimentos adquiridos nas atividades de ensino e pesquisa com as situações concretas das demandas sociais, fazendo com que os discentes se aproximem da realidade vivida pela comunidade. Nessa perspectiva, Novaes e Puchta (2023) reforçam que a extensão curricularizada passa a representar uma possibilidade para que a academia fortaleça o seu papel alicerçado nos princípios democráticos e de justiça social.

Sob esse aspecto, Gadotti (2017) complementa com a afirmação de que a extensão curricularizada não pode ser percebida unicamente como um apêndice, desconectada das funções e atribuições da universidade, pois independentemente das diretrizes estabelecidas, ela deve ser inserida no contexto da formação acadêmica como um fator imprescindível nas práticas pedagógicas de todos os cursos de graduação.

Em se tratando de uma ação ou projeto de extensão, percebe-se a necessidade de compreendê-la como uma possibilidade de transformação diante de uma percepção crítica e reflexiva por parte de todos os envolvidos. Nesse sentido, os projetos devem apresentar não somente características voltadas para a instrução formal e/ou o lazer, mas também assegurar a reflexão crítica acerca dos problemas enfrentados pela comunidade envolvida, as injustiças ocorridas e as possíveis soluções para essas questões (CARDOZO et al., 2019).

Os princípios extensionistas são impacto e transformação na sociedade; interação dialógica da Universidade com outros segmentos da sociedade; interdisciplinaridade, interrelação e integração de conhecimentos; impacto na formação cidadã das e dos estudantes; articulação com o ensino e a pesquisa (VIEIRA et al., 2021, p. 236).

Percebe-se que a extensão universitária representa um importante papel na formação profissional de discentes dos cursos de graduação, não renunciando à sua indissociabilidade com o ensino e a pesquisa. Para Santos e colaboradores (2019), a extensão é parte do

arcabouço da formação no ensino superior, assegurando aos discentes uma formação ética, integral e humanística, essencial para a construção de uma sociedade justa e plural.

A extensão curricularizada nos cursos de Educação Física

É possível perceber a justificativa pela existência de ações de extensão por parte de cursos de Educação Física, tanto pela contribuição destas para a formação acadêmica dos discentes participantes como pela compreensão da sociedade diante da aproximação dos saberes das comunidades atendidas (HIRAMA et al., 2016).

No que tange à extensão curricularizada em cursos de Educação Física, o estudo realizado por Nozaki e colaboradores (2022) apresenta propostas consideradas dinâmicas e em consonância com o perfil de graduandos e profissionais que atuam na Educação Básica. Atividades como um Festival da Cultura Corporal; ações associadas à realidade da Educação Infantil, sob o formato de projetos pedagógicos; Podcasts abordando temas referentes à prática de exercícios físicos; seminários voltados para a discussão; ciclo de debates a respeito de referências teórico-metodológicas da Educação Física no ambiente escolar; festivais esportivos e cursos colaborativos.

O autor supramencionado expõe também que a partir dessas e outras propostas similares, torna-se possível a apresentação de questões a serem consideradas a respeito da extensão curricularizada na Educação Física:

- a. Estudar os diversos tipos de extensão universitária, suas concepções e seus objetivos; conhecer os projetos de extensão existentes na instituição e compreender suas propostas de trabalho;
- b. Analisar suas dinâmicas de operacionalização os recursos para torná-los públicos e acessíveis aos docentes, graduandos e à comunidade.
- c. Planejar atividades ou projetos de extensão por meio de diálogo que articule as demandas da comunidade local/entorno da instituição com o Projeto Político Pedagógico (PPP) do curso de graduação;
- d. Estreitar vínculo dos projetos com as disciplinas do curso realizando pesquisas sobre estes projetos e que possam resultar em eventos para a mobilização de reflexões coletivas. Reorganizar o PPP por meio de projetos ou temáticas de interesse coletivo que, ao se articularem com as disciplinas, mantenham a coesão com o tripé ensino, pesquisa e extensão em prol de uma educação integral;



e. Estabelecer relação entre as diversas ações formativas extensionistas como cursos, projetos, atividades, programas, oficinas, eventos e prestação de serviços com as disciplinas do curso (NOZAKI et al., 2022, p.7).

Diante dessas questões, faz-se necessária a observação de que as atividades vinculadas à extensão curricularizada, além de estarem em consonância com o PPP do curso, carecem também de um potencial de transformação da sociedade. Um potencial que deve caminhar no sentido oposto ao caráter assistencialista que em diversas ocasiões é atribuído à extensão universitária e, para tal, deve ser assegurado o diálogo com os setores da sociedade, reconhecendo o potencial da extensão de construir conhecimentos por intermédio tanto de saberes disciplinares quanto aqueles socialmente produzidos (NOVAES; PUCHTA, 2023).

Dentre as estratégias a serem utilizadas pelos cursos de Educação Física para o planejamento e a execução de ações voltadas para a extensão curricularizada, Novaes e Puchta (2023) sugerem alguns princípios, por exemplo, a necessidade da participação da comunidade externa e o protagonismo dos discentes participantes. No primeiro caso, os mesmos autores apontam a obrigatoriedade do envolvimento do público externo nas ações realizadas, produzindo um novo conhecimento a partir da troca e do compartilhamento de saberes. Quanto à participação dos discentes, ressalta-se a necessidade de assegurar a estes a oportunidade de participar ativamente das ações não se amparando no que lhe falta aprender, mas no quanto os seus saberes podem contribuir para uma mudança social diante da busca por soluções para os problemas identificados.

Ainda sobre o planejamento das ações, Hartwig e colaboradores (2022, p. 101), as ações planejadas antecipadamente possibilitam “que os sistemas de relação interna com o ambiente elevem o grau de controle sobre o futuro dos mesmos”. Assim, os mesmos autores reforçam que esse procedimento objetiva a antecipação com as suas mudanças, assegurando, assim, a sua eficácia com racionalidade.

Ressalta-se que todas as intervenções associadas à extensão curricularizada devem se basear em ações realizadas em espaços comunitários, escolas, ambientes não formais,



sendo que sempre se fará necessária a elaboração de projetos relacionados às práticas que serão vivenciadas em conjunção da comunidade com os discentes, tendo como foco principal o crescimento e formação cidadã de todos os envolvidos (ANDRADE, 2023). Barbosa e Melo Junior (2017) citam Saviani ao observarem que a educação deve ter como objetivo o indivíduo, ou seja, um processo que o considera como preocupação principal, o condicionando a uma realidade que depende de estruturas políticas. Assim, considera-se a extensão curricularizada como um estágio da educação que prioriza o compartilhamento de experiências, possibilitando ao discente uma formação que o promova a um indivíduo mais consciente, intelectual e prático. Em se tratando dos cursos de Educação Física, tais ações serão direcionadas a trabalhar explicitamente com o corpo, oferecendo atividades amplas que resultem em uma ação social (BARBOSA; MELO JUNIOR, 2017).

CONCLUSÕES

Vivenciar o cotidiano acadêmico não deve se restringir unicamente a assistir aulas das mais diversas disciplinas que compõem a matriz curricular. Uma formação acadêmica é construída também a partir de um conjunto de experiências, dentre elas a participação em ações voltadas para a extensão para que se torne possível a a relação e a troca de saberes entre a academia e a sociedade.

O papel da extensão curricularizada consiste no seu potencial em democratizar o conhecimento ao mesmo tempo em que oportuniza a todos os envolvidos o contato com novos olhares e saberes que muito contribuem para uma melhor percepção da realidade social. Além disso, torna-se relevante a observação de que a extensão curricularizada em cursos de Educação Física não deve ser compreendida apenas como o cumprimento de uma determinação legal, mas sim como um caminho para o entendimento da atuação dos discentes como cidadãos que podem contribuir para a transformação da sociedade.

Por fim, acredita-se que há a necessidade de uma maior quantidade de diálogos e pesquisas vinculadas à extensão curricularizada voltada para os cursos de Educação Física e a ampla

aplicabilidade da tríade ensino-pesquisa-extensão, o que possibilitaria aos discentes, docentes e sociedade um inestimável crescimento.

Por parte dos discentes, nota-se a importância do entendimento de que ações de extensão proporcionam significativo contributo para o conhecimento e o aprendizado necessários para o exercício da profissão de maneira íntegra, ética e responsável.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, C. B. Projetos de intervenção na escola básica: um relato de experiência da prática curricular em educação física IV e da curricularização da extensão. **Revista inCORPORArÇÃO**, Feira de Santana – BA, v.1, n. 1, p. 123-133, 2023

BARBOSA, M. A; MELO JUNIOR, A. L. A contribuição da extensão no processo de aprendizagem de discentes do curso de educação física. **Revista De Extensão Da Universidade Estadual De Alagoas – UNEAL**, Maceió – AL, v. 2, n. 1, p. 66-77, 2017.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 23 mai. 2023.

_____. Ministério da Educação. Resolução CNE/CES Nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências. Diário Oficial da União, s.1, p. 49-50. 2018

CARDOZO, E. S. et al Curricularização da extensão e perspectivas a partir da Escola de Aventuras na Educação Física/UEM. 2019. Disponível em: <www.eaex.uem.br/eaex2019/portal/index.php?op=trabalhos&pagina=6>. Acesso em: 04 março 2023

GADOTTI, M. Extensão Universitária: Para quê? 2017. Disponível em: <https://www.paulofreire.org/images/pdfs/Extens%C3%A3o_Universit%C3%A1ria_-_Moacir_Gadotti_fevereiro_2017.pdf>. Acesso em: 22/maio/2023

HARTWIG, L. F. et al. A extensão universitária e suas interfaces com a formação inicial em educação física. **BIOMOTRIZ**, Cruz Alta – RS, v. 16, n. 1, p. 94-106, 2022

HIRAMA, L. K. Extensão universitária e formação do professor de educação física: contribuições a partir da permanência prolongada. *Rev. Ciênc. Ext. Presidente Prudente – SP*, v.12, n.1, p.28-40, 2016

MAGALHÃES, J. A. S.; MARTA, S. N. Curricularização da Extensão: Compromisso social e inovação acadêmica. In A. W. C. Silva, & P. F. C. Franco (Orgs.), **Curricularização da extensão: Compromisso social e inovação**. (pp. 24-35). Santos, SP: Editora Universitária Leopoldianum. 2020

MASCARENHAS, A. L. L. D et al. Curricularização da Extensão: cenário e perspectivas na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN. **Revista da Extensão**, Porto Alegre – RS, v. 1, n. 25, p. 14–21, 2023

NOVAES, F. A; PUCHTA, D. R. O processo de curricularização da extensão no curso de Educação Física da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG). **Revista Em Extensão**, Uberlândia, MG, v. 21, n. 2, p. 1–11, 2023

NOZAKI, J. M. et al. Práxis e curricularização da extensão universitária na Educação Física. **Revista Brasileira de Extensão Universitária**, Chapecó - SC, v. 13, n. 1, p. 1-11, jan./abr. 2022

RIBEIRO, M. R. F. et al. Curricularização da extensão em prol de uma universidade socialmente referenciada. **Revista Conexão UEPG**, Ponta Grossa – PR, vol. 14, n. 3, p. 333-348, 2018



Salatini, A. C. M. **Extensão universitária: a curricularização como proposta**. Londrina – PR, 2018, 40f. Dissertação. Departamento de Letras Estrangeiras Modernas, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, Brasil. 2018

SILVEIRA, S. E. et al. Propostas para a curricularização da extensão em um curso de licenciatura em computação ofertado na modalidade de EaD. 2020. Disponível em: <<chrome-extension://efaidnbnmnnibpcajpcglclefindmkaj/https://esud2020.ciar.ufg.br/wp-content/anais-esud/208614.pdf>>. Acesso em: 04 março 2023

VIEIRA, Y. V. et al. Participação e continuidade das crianças em Projeto de Extensão de Ginástica. **Interfaces - Revista de Extensão da UFMG**, Belo Horizonte, v. 9, n. 2, p.01-468, jul/dez. 2021